

# A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

## AMÉRICA LATINA: A CAMINHO DA INTEGRAÇÃO

*Beky Moron de Macadar\**

*Teresinha da Silva Bello\*\**

### 1 — Introdução

As profundas modificações pelas quais vem passando a economia mundial nos últimos anos, não só no aspecto econômico como no político, têm levado a um crescente interesse de parte dos principais países da América Latina por uma maior integração entre os mesmos.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que a região latino-americana caminha rumo a um distanciamento cada vez maior em relação às transformações pelas quais vem passando o mundo desenvolvido, criando-se uma situação de progressiva marginalização. Isso se deve não só às tendências da economia do mundo capitalista a organizar-se em torno de três centros hegemônicos, cujos pólos se localizam nos Estados Unidos, na Comunidade Econômica Européia (CEE) e no Japão, mas também a um melhor relacionamento entre os países desenvolvidos e os do bloco socialista, o qual se tem tornado prioritário na visão do Norte. Desse modo, a integração da América Latina é vista como uma necessidade para enfrentar, de forma conjunta, as restrições nos mercados dos países desenvolvidos (em grande parte devidas às mudanças tecnológicas em curso), a questão da dívida externa e a tendência mundial à regionalização e à formação de blocos comerciais de países, as quais viriam enfraquecer as trocas multilaterais.

### 2 — A América Latina no contexto mundial

A partir da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma trisegmentação do globo: o Primeiro Mundo, abrangendo os países capitalistas da Eu-

---

\* Economista da FEE.

\*\* Economista da FEE e Professora do Departamento de Economia da PUCRGs.

ropa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão; o Segundo Mundo, integrado pela União Soviética e pelos países socialistas da Europa Oriental; e o Terceiro Mundo, compreendendo os países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina.

Nesse Mundo tripartido, as relações internacionais polarizaram-se em torno de dois eixos de conflito: Leste-Oeste e Norte-Sul. Se, no primeiro caso, o conflito se exprime através de tensões "interimperiais" — o Leste liderado pela União Soviética e o Oeste pelos Estados Unidos —, o conflito Norte-Sul dá-se entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundos. O relacionamento americano-soviético encaminha-se, atualmente, para um período de redução de tensões, em uma administração "condomínial" do Mundo, reduzindo-se as ingerências de um sobre a área de influência do outro. Enquanto isso, o conflito Norte-Sul está longe de encontrar uma solução, dada a estrutura das relações entre o Primeiro e o Terceiro Mundos. De fato, enquanto o Primeiro Mundo inicia um processo de concentração — seja através de um estreitamento das inter-relações dos países da CEE, seja através do recente acordo firmado entre Estados Unidos e Canadá, bem como pela via informal de um maior entrosamento entre a economia japonesa e os países do leste asiático —, o Terceiro Mundo, de modo geral, ainda mantém níveis significativamente acentuados de diferenciação e desunião. O único traço comum desse aglomerado desconexo é o subdesenvolvimento, em maior ou menor grau.

Deixando-se de lado o resto do mundo subdesenvolvido, por fugir ao assunto aqui abordado, e fixando-se a atenção apenas na situação da América Latina, o que se percebe, segundo Hélio Jaguaribe, são cinco grupos distintos de países que dela fazem parte:

"(...) (1) os países da América Central e Caribe; (2) o caso particular do México; (3) os países de avançada industrialização da América do Sul: Brasil e Argentina; (4) os países sul-americanos de desenvolvimento médio: Venezuela, Colômbia, Chile e Uruguai; e, (5) os países sul-americanos de menor desenvolvimento, compreendendo os demais" (Jaguaribe, 1988, p.17).

Até a década de 50, as nações latino-americanas apresentavam maior homogeneidade quer no aspecto cultural, quer no econômico. Entretanto, nas décadas subseqüentes, as diferenças anteriormente referidas foram tomando vulto, tendo como causa principal as transformações sofridas por suas economias. Na América do Sul, enquanto o Brasil e, em menor grau, a Argentina lograram alcançar níveis relativamente elevados de industrialização, os países de desenvolvimento médio, anteriormente citados, apresentaram resultados mais modestos, e o resto dos países registraram um desempenho ainda mais fraco. Já na América Central e no México, a pro-

ximidade geoeconômica com os Estados Unidos acabou por impor-lhes especificidades bastante diferenciadas relativamente aos demais países latino-americanos. Enquanto nos da América Central e Caribe não foi possível "(...) a formação de um espaço político para a classe média centro-americana, forçando as novas gerações a optar entre a cínica convivência com o '**status quo**' ou o revolucionarismo guerrilheiro", no México,

"(...) a necessidade de preservar o controle nacional sobre a própria economia, ante as poderosíssimas pressões da economia americana, ademais de condições decorrentes da revolução mexicana, conduziram à montagem de uma gigantesca burocracia estatal. A contrapartida desse sistema, ademais do estímulo à corrupção, tem sido altas taxas de ineficiência e o retardamento da modernização do país" (Jaguaribe, 1988, p.18).

Ao mesmo tempo em que apresentam diferentes níveis de industrialização, as nações latino-americanas vêem-se frente a uma perda de posição no cenário internacional, que afeta não somente seu poder de negociação, tanto em âmbito externo quanto interno, como também sua capacidade de modernização e desenvolvimento. Esse alijamento vem ocorrendo em um momento de grandes mudanças a nível internacional, tal como a de uma maior influência da área econômico-tecnológica, que cada vez mais preenche os espaços antes ocupados pelo plano econômico-militar. Esse fato tem levado a substanciais modificações, fazendo com que seja cada vez menor a importância das matérias-primas e da mão-de-obra barata, enquanto cresce a relevância dos fatores tecnológicos e gerenciais, cuja influência sobre a América Latina será focalizada com maior atenção em outro segmento deste trabalho. Simultaneamente, conforme já referido, o Primeiro Mundo vem se organizando em três grandes sistemas produtivos, liderados, cada um deles, pelos Estados Unidos, Japão e CEE.

Dentre esses três centros hegemônicos, os Estados Unidos ainda exercem o papel de maior potência, dominando os setores econômico, financeiro, monetário, tecnológico, científico, informacional e político. O Japão, cujo crescimento se deu após a Segunda Guerra Mundial, além de desempenhar um papel de destaque nos setores industrial, comercial e tecnológico, também vem marcando posição nos setores bancário, monetário e financeiro, além de preparar-se para exercer peso maior nos setores militar e estratégico. Já a Europa, apesar de ser um pólo de influência, pelo fato de não se constituir num Estado-Nação como os dois primeiros, sofre por falta de maior unidade, uma vez que isso a enfraquece em quase todos os setores. À medida que os laços entre os países europeus forem se estreitando e as barreiras entre eles forem derrubadas, tudo leva a crer que o papel desse continente na hierarquia do sistema capitalista irá aumentar.

A área de influência desses três centros hegemônicos estende-se sobre determinadas regiões ou países, levando a um estabelecimento de relações de dependência e de interdependência, não somente formais como informais. Se a Europa, através da CEE, e os Estados Unidos e Canadá vêm estabelecendo um processo de integração mais formal, o Japão vem realizando o mesmo de maneira informal. Enquanto a CEE pretende completar o processo de unificação até 1992 (quando seriam eliminadas as barreiras à livre circulação de bens, serviços, capitais e trabalho entre seus 12 países-membros), Estados Unidos e Canadá assinaram um acordo de livre comércio — o qual passou a vigorar a partir de janeiro de 1989 —, cujos pontos abrangem: redução de tarifas, comércio mais ágil e facilitado de produtos agrícolas, bebidas alcoólicas e automóveis, comércio mais livre e aberto de energéticos, regras sobre novos investimentos, procedimentos que facilitam as viagens de negócios, o trato da questão de serviços (inclusive os financeiros), propriedade intelectual, compras do setor público, garantias contra a imposição de restrições quantitativas, ações bilaterais de salvaguarda durante o período de transição, normas técnicas, etc. (Martinez, 1989, p.339-40). Pelo lado informal, tem-se observado uma interdependência crescente entre o Japão (atualmente o mais importante parceiro dos países neo-industrializados da Ásia) e os países da região tanto em termos comerciais como no que se refere aos investimentos japoneses na mesma. A criação desse espaço preferencial de integração entre o Japão e os países asiáticos está ligada não apenas à proximidade geográfica e aos laços históricos e culturais que os unem, como a um elo bem mais forte, que é o da concentração de investimentos, créditos e tecnologia nipônicos nesses países.

No que se refere à área de influência dos outros dois centros, embora ainda seja prematuro afirmar que o objetivo será atingido em 1992, a verdade é que a CEE poderá tornar-se, nas próximas décadas, o maior bloco comercial do Mundo (323 milhões de habitantes e produção global de US\$ 4,975 trilhões), ultrapassando a economia norte-americana (Ricupero, 1989, p.1). Sem contar que poderá também integrar os membros da Associação Européia de Livre Comércio, bem como exercer forte atração tanto sobre os países socialistas como sobre as zonas tradicionais de influência européia na África e no Oriente Médio. Quanto ao acordo entre Estados Unidos e Canadá, embora tente superar dificuldades que não podem ser subestimadas, interessa salientar que esse poderoso espaço econômico dispõe de possibilidades de expansão em direção ao México, à América Central e ao Caribe.

É por tudo isso que se afirma que a América do Sul, bem mais do que o resto da América Latina, tende a um processo de marginalização crescente no cenário mundial. Para evitar que tal processo se consolide, urge a adoção de medidas capazes de neutralizar a tendência ao isolamen-

to internacional, a qual pode ser agravada ainda mais devido às crises internas que vêm assolando esses países desde a década de 70. Para tanto, algumas tratativas já vêm sendo levadas a efeito, como é o caso do programa de integração entre Argentina e Brasil, sob o amparo do qual, a partir de 1986, já foram assinados vários protocolos, atas e anexos (Hirst, 1988).

Mas essa não foi a primeira tentativa de integração da região. Antes disso, acordos como o da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 e o da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) — criada, em 1980, em substituição à ALALC — já haviam sido implementados, sem muito sucesso, o que será abordado no item seguinte.

### 3 — As tentativas de integração na América Latina

As primeiras idéias integracionistas na América Latina foram defendidas por Simon Bolívar diante do perigo de uma reconquista de suas ex-colônias por parte da Espanha. Desde então, essa tem sido uma história de desencontros, já que, até o presente, o sonho integracionista de Bolívar ainda não se concretizou (Seitenfus, 1989, p.4 e 5). Porém, recentemente, Brasil e Argentina deram início a mais uma tentativa de aproximação através de um programa de integração entre ambos.

O fracasso da ALALC teve como causa, afora outras razões que o explicam apenas parcialmente, o contexto da economia mundial à época de sua criação, bem como os rumos seguidos por esta última. Quando a ALALC foi criada, a economia mundial atravessava um período de franca expansão, caracterizado pela adoção de um modelo de desenvolvimento comum a todo o mundo capitalista desenvolvido: o fordismo<sup>1</sup>. Em consequência, intensificava-se o comércio interfronteiras nos países desenvolvidos e, simultaneamente, aquele entre a América do Norte e a CEE. Enquanto isso, as vendas de produtos manufaturados da periferia para o centro eram apenas marginais.

Na medida em que se foi gestando a crise do "fordismo central", novas perspectivas foram se abrindo para os países periféricos. A lógica do fordismo frente à crise que já se perfilava levava à busca de ganhos de produtividade (via economias de escala), bem como à procura de regiões

---

<sup>1</sup> Trata-se de um regime de acumulação intensivo centrado no consumo de massa. Ou seja, uma expansão da produção graças a uma produtividade crescente e, concomitantemente, a um aumento do consumo de massas devido ao maior poder de compra dos trabalhadores.

com salários mais baixos, onde as indústrias produtoras de bens de consumo pudessem ser instaladas. Visava-se com isso não só ao fornecimento desses bens aos países centrais como também à ampliação do mercado naqueles que então se industrializavam. Isto porque uma redução de salários nos países do centro era inviável, já que a variável-chave da regulação fordista era a manutenção do poder aquisitivo dos assalariados. Enquanto isso, nos países periféricos, a massa de trabalhadores, via repressão, era impedida de obter maiores conquistas salariais. Assim, a saída encontrada para a crise incipiente foi a "deslocalização" das indústrias produtoras de bens de consumo intensivas no uso da mão-de-obra para regiões onde os salários fossem mais baixos, onde houvesse uma fraca organização sindical e, em alguns casos, um mercado interno em expansão.

Portanto, a partir de meados dos anos 60, muitos países periféricos, até então exportadores de bens primários, adotaram um processo de "substituição de exportações" e experimentaram um aumento de suas vendas ao Exterior. Ao mesmo tempo em que crescia a produção de bens de consumo duráveis e de capital — com maciça entrada de capital estrangeiro —, uma forte concentração da renda também se registrava, de modo que apenas uma camada restrita da população dos países periféricos tinha acesso a esses bens de consumo duráveis, o que, no dizer de Lipietz, foi chamado de "fordismo periférico"<sup>2</sup>.

Nesse ponto, é importante ressaltar o papel desempenhado pela burguesia latino-americana no que tange ao projeto de integração econômica da ALALC: enquanto seus países tiveram taxas de crescimento interno satisfatórias e um mercado externo capaz de absorver suas exportações de modo crescente, o interesse na integração era pequena; isto é, às classes dominantes não resultava atraente desenvolver uma política integracionista com os países vizinhos, estando as mesmas com os olhos volta-

---

<sup>2</sup> "Por que 'fordismo periférico'?"

— trata-se de um fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis;

— ele, porém, permanece periférico no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis de fabricação qualificada e, principalmente, da engenharia permanecem em ampla medida exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica entre o consumo das classes médias modernas locais, com o acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis, e as exportações para o centro destes mesmos produtos manufaturados a preço baixo. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social **mundial**) por bens duráveis é por certo antecipado, porém ela não está institucionalmente regulada numa base nacional em função dos ganhos de produtividade dos ramos **locais**." (Lipietz, 1988, p.97).

dos para os países do centro, afinadas que estavam com a estratégia das empresas multinacionais de "substituição de exportações".

A crise nos países centrais, por sua vez, ao restringir as oportunidades de investimento nos mesmos, acarretou um excesso de liquidez no mercado financeiro internacional, que foi canalizado para os países do Terceiro Mundo. Era o início do processo de endividamento, intensificado a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973.

Quando do acirramento da crise do fordismo, na década de 70, a relação centro/periferia sofreu modificações. Através da expansão do "fordismo periférico" e do remanejo dos petrodólares (o que permitiu deter a desvalorização dos capitais atingidos pela crise), o "fordismo central" conseguiu sobreviver satisfatoriamente desde o final dos anos 60, apesar de a crise já se delinear à época.

Porém, o segundo choque petrolífero, em 1979, veio acompanhado de um substancial aumento nas taxas dos juros internacionais, levando a problemas crescentes nos balanços de pagamentos dos países periféricos. E a retórica integracionista, em virtude da nova realidade agora enfrentada pelos países latino-americanos, foi ocupando cada vez mais espaço nas mesas de negociação.

Por outra parte, a ALADI, apesar de não ter apresentado tantos problemas quanto a ALALC, também não foi muito bem sucedida, principalmente pela falta de compatibilização entre as políticas econômicas globais dos países-membros e o estabelecido no tratado de criação da ALADI, somada à crise econômica e ao endividamento externo conjugado com dificuldades cambiais.

A partir do aprofundamento da crise do "fordismo central" no início dos anos 80, as conseqüências da recessão não demoraram em fazer-se sentir na periferia: uma queda rápida nos preços e no volume das matérias-primas exportadas, bem como a redução nos excedentes monetários dos países exportadores de petróleo. Esta última levou à substituição do excesso de liquidez do sistema financeiro internacional por uma escassez de capitais, agravada pelos "superávits" comerciais dos Estados Unidos nos anos 1979-81 e pelas elevadas taxas de juros internacionais. Assim, os Novos Países Industrializados (NICs) iniciaram a década de 80 numa conjuntura mundial desfavorável: preços aviltados para seus produtos, mercados do Norte e da OPEP retraídos, taxas de juros estratosféricas, empréstimos externos vencendo e o preço das importações de petróleo para os países não produtores em alta (Lipietz, 1988, p.182).

Esses países passaram a conviver com um agravamento da crise e um aumento da dívida externa devido, em grande parte, ao tratamento individualizado que se deu à questão da dívida, seguindo a orientação dos

organismos internacionais de negociar separadamente com os credores (acreditando que isso lhes permitiria obter melhores condições de barganha nas negociações). Ao mesmo tempo, procuravam pôr em prática políticas de ajustamento nos moldes preconizados pelos países credores (de cunho nitidamente monetarista) e, na tentativa de obter substanciais saldos comerciais positivos, promoviam recessão interna e restringiam suas importações ao mínimo, dando preferência às exportações cujo pagamento fosse feito em moedas fortes e deixando de lado contratos bilaterais de troca.

Ao Brasil, detentor de saldos comerciais positivos com a maioria dos países vizinhos, caberia a iniciativa de incrementar esses acordos de troca. Entretanto, até a assinatura da Ata de Integração Brasil-Argentina, em 1986, o Brasil — a grande potência industrial do Continente — sempre agiu segundo uma visão muito unilateral da integração, buscando em seus parceiros vizinhos principalmente a oportunidade de expandir mercados, enquanto tentava resolver seus problemas de modernização tecnológica através de relações diretas com as empresas dos países desenvolvidos, prestando pouca atenção às possibilidades de complementaridade industrial intra-regional. Igualmente, convém recordar, em particular, a maneira individualista com que sempre tratou a questão do endividamento externo (Araújo Jr., 1988).

Porém, a partir da nova realidade (a crise do "fordismo central e do periférico", o processo de mundialização do capital, a divisão do mundo capitalista em três centros hegemônicos, a melhora nos entendimentos entre os países do Leste e do Oeste, bem como um conflito permanente entre o Primeiro e o Terceiro Mundo), a busca de uma saída para as dificuldades ora enfrentadas pelo Terceiro Mundo que represente um avanço em termos de desenvolvimento econômico conjugado com redistribuição de renda faz-se cada vez mais premente. Tudo indica que essa deva passar pelo parcerismo, pela maior integração entre os países do Hemisfério Sul, especialmente aqueles mais próximos geograficamente e culturalmente, como é o caso dos países da América Latina.

Por tudo isso, é de se esperar que, embora as tentativas anteriores tenham sido frustradas, daqui para a frente as perspectivas de uma maior integração latino-americana se mostrem bem mais otimistas. Se, até então, o interesse das elites nacionais não convergia para um maior entrosamento entre os países da região, hoje a realidade é diferente. Tudo leva a crer que a nova configuração exige uma ação coordenada por parte da região para definir uma forma alternativa de inserção na economia mundial. E o papel das burguesias nacionais será decisivo, pois o que não as beneficiava anteriormente, num contexto histórico diferente, agora poderá representar um fator-chave para a saída da crise e da crescente marginalização, podendo até ser encarado como uma questão de sobrevivência.



Os desafios hoje colocados para os países latino-americanos envolvem não somente a formação de um novo bloco econômico, onde sejam exploradas as possíveis complementaridades de suas economias e contempladas as variáveis geopolíticas e sociais, como também um tratamento conjunto da dívida externa que torne mais favorável a sua negociação com os credores, pois essa vem se constituindo em um sério entrave ao crescimento, uma vez que representa uma drenagem permanente da poupança interna. Contudo, mesmo que se obtivesse o perdão total da dívida, o maior desafio continuaria sendo o da defasagem tecnológica crescente em relação aos países hegemônicos. Portanto, torna-se absolutamente indispensável um investimento maciço em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), concentrando os esforços na capacitação desses países para manter e aumentar a competitividade a nível do comércio mundial naqueles bens e serviços onde já exista, no mínimo, um núcleo embrionário de potencial científico e tecnológico regional. Todavia a P&D deve ser seletiva e levar em conta as especificidades dos países latino-americanos, evitando agravar ainda mais o problema crônico do desemprego. Como afirma Rattner:

"O primeiro passo em direção a um desenvolvimento endógeno da capacidade tecnológica dos países latino-americanos seria a criação de mecanismos de intercâmbio científico-tecnológico mais eficientes entre suas universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento industrial. A exemplo dos países europeus associados no MCE, poder-se-iam criar institutos de pesquisa plurinacionais, onde técnicos e cientistas pudessem colaborar em benefício de seus países. Tais institutos, financiados com verbas nacionais e internacionais, funcionariam nas diversas áreas de P&D, multiplicando os recursos disponíveis em cada país individualmente e atendendo a suas necessidades mediante projetos integrados de produção de energia (hidrelétrica ou alternativas), meteorologia, medicamentos, pesquisa agropecuária e equipamentos e máquinas de todos os tipos" (Rattner, 1985, p.312-3).

#### **4 — Algumas considerações sobre a integração latino-americana**

Enquanto nos países do Norte o regime de acumulação fordista foi muito bem sucedido no período do pós-guerra até meados da década de 70, quando entrou na fase de esgotamento, na América Latina ainda existe margem para uma saída fordista da crise. Uma regulação da economia dessa natureza poderia promover uma retomada do crescimento econômico da região. Isto é, a expansão dos mercados decorrente da integração, aliada

a um aumento do consumo de massa fruto de um processo de redistribuição de renda, poderia proporcionar um alívio à crise que ora se abate sobre essas economias, embora não elimine a possibilidade de reincidência da mesma numa fase posterior.

Não deve ser esquecido, porém, que a capacidade do gasto estatal — um fator fundamental no fordismo — já está seriamente comprometida nos países da periferia, o que, sem dúvida, representa um entrave. O elevado grau de endividamento interno dos países da América Latina, ao representar uma drenagem das receitas do Estado com o objetivo de sustentar a rolagem da sua dívida interna, impõe uma erosão da poupança pública, que impede uma maior participação estatal nos gastos com investimentos, não apenas no setor produtivo, mas também nas despesas ligadas à área social, tais como saúde, habitação, alimentação, educação e previdência social. Ao mesmo tempo, obstaculiza a implantação de um fordismo nos moldes dos países centrais, onde o "welfare state" desempenhou um papel fundamental.

Por isso, uma política coordenada de tratamento do problema da dívida interna por parte dos países-membros dos acordos de integração, com o objetivo de resgatar o papel social do Estado, representaria um avanço, não somente como uma tentativa de homogeneização das políticas econômicas a serem postas em prática, mas também, e principalmente, como uma alternativa de superação da crise.

Um outro aspecto a ser considerado, no que se refere aos efeitos da integração, diz respeito à questão da revolução tecnológica deste final de século. O parque industrial montado na América Latina, de modo geral, não se caracteriza como incorporando uma tecnologia de ponta e sempre teve sua competitividade nos mercados externos fundada na mão-de-obra barata e nos recursos relacionados com os bens primários. Entretanto, nas últimas décadas, mudanças fundamentais vêm ocorrendo na economia mundial: os países cuja pauta de exportação se baseia essencialmente na venda de produtos primários ao Exterior vêm assistindo a uma desconexão cada vez maior de suas economias em relação aos países industrializados. Ao mesmo tempo, nestes últimos, a produção fica cada vez mais desvinculada do nível de emprego, criando novos "paradigmas tecnológicos" nos diversos segmentos dos complexos industriais, baseados não somente em novos materiais e na utilização de quantidade cada vez menores de insumos e matérias-primas por unidade de produto, como também na substituição de mão-de-obra pela automação (Chesnais, 1988).

Tal fato acaba por levar a uma redefinição e a um remodelamento nas relações sociais de produção (Leborgne & Lipietz, 1988) tanto a nível interno dos países tecnologicamente avançados quanto a nível externo, o que vai se refletir nos fluxos de comércio internacional, alterando as tra-

dicionais "vantagens comparativas". Hoje, as dotações de recursos e, assim, as "vantagens comparativas" vêm se tornando cada vez menos ligadas a fatores climáticos e geográficos, sendo cada vez mais moldados pela inovação tecnológica e pelas novas técnicas de gerenciamento, enquanto a capacidade de inovar se torna o fator cada vez mais decisivo na criação de rendas e mercados. Citando Rattner (1988).

"A imagem caricata da indústria japonesa, representada pela Yamazaki ou Fanuc, como plantas totalmente automatizadas em que robôs produzem robôs ou MFCN, é enganadora e oculta os verdadeiros fatores de seu sucesso. Não foram e continuam não sendo as máquinas e equipamentos automatizados os fatores decisivos para a conquista dos mercados mundiais. Estes devem ser localizados nas novas formas de organização de produção e de administração e coordenação do pessoal, passando por:

- 'just-in-time' e a conseqüente redução dos estoques;
- melhor controle do fluxo de materiais e componentes;
- melhores processos de controle de qualidade;
- mudanças de 'design' (projetos) e de processos de fabricação;
- economias de 'amplitude' (e não somente de escala);
- redução da intensidade de ocupação da mão-de-obra".

Se, até então, os países em desenvolvimento tinham o seu comércio exterior voltado quase que exclusivamente para os países centrais, não é certo que, daqui para a frente, esse direcionamento de suas exportações vá manter-se na mesma intensidade. A mudança na composição da demanda nos países industrializados desloca parte da produção de bens das indústrias intensivas no uso de matérias-primas para aquelas onde a intensidade de utilização das mesmas é cada vez menor. Do mesmo modo, a automação elimina a "vantagem" da mão-de-obra barata, acabando com a competitividade externa e derrubando por terra o argumento bastante usado pela burguesia local de que salários menores são garantia de poder competitivo no Exterior.

Mudanças substanciais na tecnologia, tendo em vista a busca de uma saída para a crise do fordismo, não mais garantem que o consumo de massa e a conseqüente produção em série, com elevadas escalas, deverão ser a alternativa para o futuro. Os chamados "ateliês-flexíveis", com alto grau de automação e equipamentos reprogramáveis (o que permite mudar rapidamente a produção de um produto para outro), obteriam seus ganhos e economias não em função da escala, como ocorre no sistema fordista, mas através de uma produção diversificada, proveniente de uma mesma máquina.

No fordismo, a automatização de processos de produção para pequenos lotes era difícil de ser implantada, dado o elevado grau de especializa-

ção das máquinas e o sistema de linhas de montagem (veja-se o exemplo da indústria automobilística). Já o novo paradigma tecnológico permite um grau cada vez maior de flexibilidade nas linhas de produção.

A partir da constatação anterior, chega-se à conclusão de que o parque industrial dos países latino-americanos — destacando-se o Brasil por ser o mais industrializado deles — corre sérios riscos de ver-se sucateado mais rápido do que o previsto, já que a perda de competitividade de seus produtos no Exterior é quase inevitável.

É certo que, a partir do avanço nas técnicas da automação, muitas indústrias poderiam ser "repatriadas", dado que o fator mão-de-obra já não mais representaria um custo substancial na produção de determinados bens. Não obstante, no curto prazo, dificilmente ocorrerá uma implementação maciça de novos padrões tecnológicos tanto nos países periféricos como nos centrais; isso se delineia mais como uma tendência de médio e longo prazos.

Alguns argumentos aduzidos para justificar esse retorno num prazo mais dilatado baseiam-se nos elevados custos econômicos e sociais que dele decorreriam. Com isso, muitas empresas estariam dispostas a continuar mantendo em funcionamento plantas com tecnologia mais atrasada nos países periféricos (Brinco, 1989). Tal fato beneficiaria indiretamente esses países, já que lhes permitiria, nesse ínterim, se organizarem para enfrentar tais desafios. Assim sendo, a integração com os países vizinhos pode oferecer uma oportunidade de sobrevida a esses equipamentos, dada a tendência de queda de suas exportações para os países centrais, devida à automação e à "desmaterialização" da produção.

No caso específico do Brasil, o mercado latino-americano pode vir a ser um excelente escoadouro para exportações até hoje destinadas aos países do Norte, enquanto matérias-primas antes exportadas pelos países vizinhos se voltariam agora para o mercado brasileiro.

De modo geral, os países em desenvolvimento estão participando marginalmente desse processo de mudanças substanciais na tecnologia, não aproveitando totalmente os "potenciais científicos e técnicos nacionais" (PCTN)<sup>3</sup> (Michalet, 1984, p.205). Por outro lado, eles recebem um impacto de caráter substitutivo em sua estrutura de comércio (tanto nas suas importações quanto nas exportações), resultante não só da introdução de novos processos de produção, capazes de alterar a proporção dos principais

<sup>3</sup> "Para nós, o PCTN corresponde a uma soma de recursos disponíveis para a produção dos conhecimentos científicos e técnicos e/ou para a integração ao patrimônio local dos conhecimentos advindos do exterior." (Michalet, 1984, p.220).

fatores (por exemplo, na relação capital/trabalho), como da diminuição dos fluxos de troca baseados em determinado tipo de "vantagem comparativa". Suas estruturas de comércio sofrem alterações como resultado da criação de substitutos inteiramente novos para produtos que costumam fazer parte de suas pautas de exportação. Por exemplo, a substituição do açúcar por um adoçante líquido extraído do milho (Chesnais, 1988). E a extensão e a natureza desses impactos sobre os padrões de comércio internacional e a especialização de alguns países vão depender da escala e da velocidade com a qual o novo produto é negociado.

Atuando de forma passiva (já que desempenham o papel de "receptores de tecnologia"), os países do Sul vêm sofrendo um processo de transformação no modo de organização de seu comércio internacional e pouco podem fazer para reverter-lo. É na agricultura que o mais importante impacto sobre o comércio já vem sendo sentido, e onde desenvolvimentos tecnológicos adicionais de considerável importância para o comércio internacional estão também em processo. A subordinação da agricultura à indústria tem sido intrinsecamente problemática, uma vez que os dois sistemas de produção obedecem a leis diferentes: a última é determinada por um predizível, contínuo e controlável fluxo de produção; a anterior está sujeita aos riscos e ritmos sazonais da natureza (Chesnais, 1988). Por isso, estratégias com vistas à garantia de fornecimentos industriais sempre foram objeto de preocupação por parte dos pesquisadores na área tecnológica. E a indústria, ao mesmo tempo em que tem provido a agricultura com insumos vitais, também tem criado substitutos industriais para os produtos oferecidos pela agricultura. Sendo essa uma tendência crescente, é natural que se espere uma aceleração no processo de substituição de produtos agrícolas por produtos oriundos de processos bio-tecnológicos na indústria, o que irá deslocar do mercado países tradicionalmente fornecedores desses produtos agrícolas substituídos. Assim sendo, é desde já recomendável um estreitamento nas relações de intercâmbio latino-americanas, visando ao encontro de novos parceiros capazes de absorver esses produtos, cuja demanda deverá retrair-se à medida que se desenvolvam as novas tecnologias.

Isso não significa — muito pelo contrário — que a América Latina deva fechar-se num processo autocentrado de desenvolvimento, nem que este último tenha como mola mestra a inovação tecnológica em sua concepção schumpeteriana, deixando num segundo plano os aspectos sociais e políticos capazes de mudar os destinos de um povo. Entretanto, dado o processo de mundialização do capital, bem como as inovações tecnológicas levadas a efeito nas últimas décadas nos países centrais, as quais reafirmam o papel periférico desempenhado pelos países do Terceiro Mundo, compete a estes reagirem e tentarem um desenvolvimento tecnológico que não só incorpore as inovações dos países avançados (a fim de viabilizar

a ocupação de alguns nichos existentes no comércio internacional), mas que atenda também às reais necessidades das regiões. Conseqüentemente, acordos de cooperação técnica intra-regionais seriam de grande valia. Apesar de tentativas nesse sentido já terem sido levadas a efeito, destacando-se aí os protocolos assinados entre Brasil e Argentina, dentro do programa de integração e cooperação econômica desenvolvido a partir de 1986, ainda é pouco o que já se fez nessa direção.

A política de desenvolvimento tecnológico a ser implementada pelos países que se unam a essa nova tentativa de integração regional deverá ser coordenada de forma conjunta, com o objetivo de contemplar as possíveis complementaridades e economias de escala, assim como as especificidades regionais. Além disso, dentro do projeto integracionista, as novas diretrizes tecnológicas deverão objetivar não somente a criação de empregos em novas áreas (como, por exemplo, no setor de serviços), em substituição àqueles que venham a ser eliminados pela automação, mas também uma distribuição mais eqüitativa dos frutos dessa integração entre as classes menos favorecidas. Por último, embora nem por isso menos importante, deverão ser privilegiadas aquelas atividades que levem em consideração os cuidados com o meio ambiente.

## Bibliografia

- ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de (1988). **O Programa de Integração Argentina-Brasil e as tendências atuais da economia mundial**. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI. 15p. (Texto para Discussão, 181).
- BRINCO, Ricardo (1989). **Semicondutores digitais: um setor industrial estratégico a nível internacional**. Porto Alegre, FEE. 48p. (Documentos CESPRO, 33). (mimeo).
- CHESNAIS, François (1988). **Biotechnology and the agricultural exports of developing countries: a review of the trends and their implications**. Paris, Group de Recherche sur l'Etat, l'Internationalisation des Techniques et le Developpement. 23p.
- HIRST, Mônica (1988). Contexto e estratégia do Programa de Integração Argentina-Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasilien-se, 8(3):55-72, jul./set.
- JAGUARIBE, Hélio (1988). A América Latina no presente contexto internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, PUC, (7):11-23, jan./jun.
- LEBORGNE, Daniele & LIPIETZ, Alain (1987). New technologies, new modes of regulation: some spatial implications. In: INTERNATIONAL CONFE-

- RENCE, TECHNOLOGY, RESTRUCTURING AND URBAN/REGIONAL DEVELOPMENT. Dubrovnik, jun. 35p. (mimeo).
- LIPIETZ, Alain (1988). **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.** São Paulo, Nobel. 231p.
- MARTINEZ, Pedro Fernando Castro (1989). El acuerdo de libre comércio entre Estados Unidos y Canadá. **Comércio Exterior**, México, 39(4):339-47, abr.
- MICHALET, Charles-Albert (1984). **O capitalismo mundial.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 260p.
- RATTNER, Henrique (1988). Internacionalização da economia mundial e desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ANPEC. v.3, p.418-29.
- (1985). Tendências de reorganização da economia mundial: suas implicações para a política tecnológica dos NIC'S. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 13., Vitória. **Anais...** Vitória, ANPEC. v.1, p.293-315.
- RICUPERO, Rubens (1989). A economia mundial de blocos e a integração da América Latina. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, 1., Porto Alegre, maio. 11p.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva (1989). **A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas.** Brasília, UnB. 29p. (mimeo).